

Monitoramento do Plano de Ação da Secretaria de Assuntos Legislativos 2021/2023

Ação	Monitoramento
Atualizar o mapeamento e a classificação de risco das proposições e projetos relevantes para o exercício, a eficácia e o alcance social das atividades finalísticas Ministério Público do Trabalho, bem como para a preservação das prerrogativas institucionais e processuais dos membros.	A Secretaria de Assuntos Legislativos acompanha, em seu sistema de monitoramento, 1515 proposições legislativas de interesse do MPT, dentre as quais se destacam: • PL 572/2022, que cria a lei marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema. • PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz. • PEC 18/2011, que dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade. • PL 3179/2012 (PL 1338/2022), que acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. • PL 7511/2014, que altera para 8 (oito) anos a idade mínima para pleitear a obtenção da Bolsa-Atleta. • PL5/2015, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de

setembro de 2008, para permitir o estágio aos alunos dos anos finais do ensino fundamental regular, maiores de quatorze anos.

- **PL 8038/2014**, que dispõe sobre escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.
- **PL 471/2019**, que altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar.
- **PL 190/2019**, que regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.
- **PL 6930/2006**, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes - PNETE.
- **PL 1997/2015**, que regula o trabalho ao maior de 16 anos.
- **PL 2842/2021**, que estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos (ainda em tramitação);
- **PL 5069/2019**, que dispõe sobre a relação de

	emprego entre empresas e empregados que exercem atividades através da plataforma de aplicativos de transporte terrestre e dá outras providências (ainda em tramitação); • PL 3570/2020, que Institui a Lei de Proteção dos Trabalhadores de Aplicativos de Transporte Individual Privado ou Entrega de Mercadorias (LPTA) (ainda em tramitação); • PLC 75/2018, que institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas; • PL 4579/2009, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente. • PL 3599/2020, que regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital. • PL 5670/2019, que acrescenta o art. 442-B à Consolidação das Leis do Trabalho e altera seu art. 468 para dispor sobre o trabalho multifuncional. • PL 7825/2017, que dispõe sobre o contrato de
--	--

	parceria entre os profissionais que exercem as atividades de esteticista e pessoas jurídicas registradas como clínicas de estética. • PL 1415/2023, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder mais garantias ao empregado em regime de teletrabalho ou trabalho remoto. • PL 8413/2017, que dispõe e sobre a rescisão contratual. • PL 10572/2018, que dispõe sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho. • PL 10572/2018, que altera a redação dos arts. 444 e 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho. • PL 8112/2017, que acrescenta dispositivo a Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e as Leis n.º 6.019/74, 8.036/90, e 8.212/91, modificada pela Lei 13.467/2017, a fim restabelecer direitos retirados. • PL 3128/2021, que altera o art. 511 da
--	--

	Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a vedação da prática de enquadramento sindical que implique em violação dos direitos trabalhistas. • PL 6712/2016, que tem como objeto limitar as hipóteses de reconhecimento de nulidade de acordos e convenções coletivas de trabalho aos casos de vício de consentimento. • PL 6706/2009, que proíbe a dispensa do empregado que concorre a vaga de membro do Conselho Fiscal de sindicato ou associação profissional. • PL 4985/2019, que altera a CLT, a fim de adequar a legislação as novas relações de trabalho. • PL 2364/2023, que concede incentivo fiscal do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real que implantarem programas de saúde mental e promoverem grupos de ajuda e acolhimento dentro do ambiente laboral. • MSC 174/2023, texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006.
--	---

	• PL 304/2023, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a proteção do meio ambiente do trabalho. • PL 880/2019, que institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados; dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação nanotecnológica; altera as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. • PL 655/2020, que acrescenta o art. 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para obrigar as empresas a adotar medidas de proteção dos trabalhadores em situação de emergência em saúde pública. • PL 2363/2011, que altera o art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que trata dos serviços frigoríficos e dá outras providências. • PL 6050/2016, que acrescenta parágrafo ao art. 154 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a aplicação das normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhadores em áreas externas.
--	--

	• PL 1083/2021, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para acabar com a obrigatoriedade de exames médicos periódicos, demissionais e admissionais. • PL 3684/2023, que dispõe sobre as atividades ou operações de manutenção, demolição, descomissionamento de mina, remoção, transporte de resíduos e destinação final de materiais ou produtos contendo amianto/asbesto e minerais que o conttenham como contaminantes em sua composição e dá outras providências. • PL 417/2022, que revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que estabelece a necessidade de licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho para a prorrogação de jornada de trabalho em atividades insalubres. • PL 789/2023, que altera o art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para permitir que os editais de licitações prevejam percentual mínimo de mão de obra constituído por pessoas retiradas de situação análoga à de escravo. • PL 4326/2021, que dispõe sobre a criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências.
--	--

- **PL 77/2023**, que dispõe sobre proteção dos trabalhadores terceirizados vinculados à Administração Pública Estadual, abrangendo todos os poderes e órgãos (Proposição de lei estadual do Rio Grande do Sul) - mesmo tema a ser proposto em nível nacional.
- **PL 3128/2021**, que altera o art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a vedação da prática de enquadramento sindical que implique em violação dos direitos trabalhistas. Dados Complementares: Altera o Decreto-Lei nº5.452/1943.
- **PEC 59/2007**, que acrescenta dispositivos ao art. 144, criando a Polícia Portuária Federal, e dá outras providências.
- **PL 2456/2019**, que estabelece tratamento favorecido à empresa que observar a proporcionalidade de nacionalização do trabalho.
- **PL 1565/2019**, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.
- **PL 4101/2020**, que dispõe ordenação do transporte aquaviária, navegação interior e apoio marítimo.

	• PL 1494/2019, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estabelecer como obrigatória a instalação de equipamento suplementar de segurança passiva de proteção do motor para embarcações novas produzidas, saídas de fábrica, embarcações originárias de novos projetos, nacionais e importadas, além de motores destinados a qualquer tipo de embarcação. • PL 463/2020, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário e a obrigatoriedade de lista de tripulantes e passageiros em embarcação de transporte de turismo/diversão sem cabine habitável). • PL 3564/2019, que dispões sobre instalações portuárias e atividades desempenhadas pelos operadores portuários. • PL 1145/2011, que dispõe sobre a licença maternidade para as mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca. • PL 2149/2015, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências", relativamente ao serviço de Praticagem e outras matérias.
--	--

	• 4648/2023, que dispõe sobre o ingresso no cadastro portuário por meio de norma coletiva. • PL 1738/2023, que regulamenta o art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências. • PL 1678/2021, que regulamenta o art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. • PL 5970/2019, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências. • PL 3168/2021, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a concessão de seis parcelas do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado do trabalho em condição análoga à de escravo ou do tráfico de pessoas. • PL 4412/2023, que altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código
--	---

	Penal), para considerar o crime de “redução a condição análoga à de escravo” imprescritível. • PL 1150/2023, que acrescenta dispositivo na Lei nº 6.019/1974 para estabelecer a responsabilidade solidária nos casos de exploração de trabalho em condições análogas à de escravo. • PL 861/2023, que altera a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para determinar que, em caso de terceirização, a contratante seja responsável por impedir que trabalhadores sejam submetidos a condições análogas à de escravo. • PL 4121/2023, que institui a proibição de a Administração Pública contratar Pessoa Jurídica que tenha sócio de qualquer espécie condenado por crime de redução a condição análoga à de escravo e dá outras providências. • PL 1553/2023, que dispõe sobre a divulgação da Lista Suja do Trabalho Escravo com informações sobre os empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. • PL 789/2023, que altera o art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para permitir que os editais de licitações prevejam percentual mínimo de mão de
--	--

	obra constituído por pessoas retiradas de situação análoga à de escravo. • PL 1231/2015, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir mecanismos de facilitação da contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada e medidas de compensação a serem adotadas quando a cota mínima não puder ser alcançada por razões alheias à vontade do empregador. • PL 3057/2023, que regulamenta o inciso III, do art. 28, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2023, institui o Programa Nacional de Incentivo à Contratação de Idosos – Pró-Idoso. • PL 1711/2022, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, para fins de cumprimento do disposto no art.93, contratar atletas paradesportivos. • MSC 86/2023, Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, assinada em Genebra, em 21 de junho de 2019, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho.
--	---

	• PL 139/2022, que dispõe sobre a ampliação da licença-maternidade e da licença-paternidade e sobre o direito de opção dos pais e mães à livre distribuição, entre si, do tempo das referidas licenças. • PL 5875/2019, que altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) para dispor sobre o conceito de racismo estrutural e sobre o combate desta modalidade de discriminação racial nas organizações públicas e privadas. • PL 756/2011, que dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público. • PL 1379/2019, que dispõe sobre a alteração da Lei de nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tratar sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e torna facultativo o saque do FGTS à mulher trabalhadora vítima de violência doméstica. • PL 3935/2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição
--	--

Federal.

- **PL 6014/2009**, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir portadores do vírus HIV entre os beneficiários da reserva de vaga para reabilitados e pessoas com deficiência habilitadas.
- **PL 2363/2022**, que dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos, na Administração Pública Federal, a serem providos por pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição.
- **PL 4441/2020**, que disciplina o procedimento da Nova Lei de Ação Civil Pública.
- **PL 6745/2006**, que altera dispositivos da Lei n.º 7.347/85, para instituir o controle judicial sobre os inquéritos civis, e dá outras providências.
- **PL 2841/2015**, que altera dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para incluir a reparação de danos coletivos e difusos causados no âmbito das relações de trabalho entre as finalidades do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e acrescentar integrantes ao Conselho Gestor deste Fundo.

	• PEC 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. • PL 998/2020, que cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho. • PL 6109/2009, que altera o caput do art. 342 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre os procedimentos sujeitos à prática da infração. • PEC 327/2009, que modifica o inciso IX e acrescenta os incisos X a XIII ao art. 114 e revoga parcialmente o inciso VI do art. 109 da Constituição da República, para conferir a competência penal à Justiça do Trabalho, especialmente em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, os decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano. • PL 2636/2007, que dispõe sobre a competência penal da Justiça do Trabalho.
--	--

	• PEC 316/2017, que dá nova redação aos artigos 109 e 114 da Constituição Federal, para incluir, na competência da Justiça do Trabalho, as ações previdenciárias decorrentes da relação de trabalho. • SUG 12/2018, que institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os artigos 7.º a 11 da Constituição Federal. Para ver todos os projetos de lei acompanhados pela SAL, clique aqui.
Designar os membros integrantes do grupo de apoio da SAL para dialogar, identificar proposições e projetos relevantes em cada uma das coordenadorias temáticas nacionais, projetos institucionais e temas gerais.	A Secretaria de Assuntos Legislativos, com o apoio dos coordenadores nacionais, assessorou o Procurador-Geral do Trabalho na instituição da Comissão de Apoio à Secretaria de Assuntos Legislativos e na escolha dos seus membros, bem como, nas alterações necessárias no quadro dos componentes dessa comissão, conforme as Portarias abaixo: • 659.2021 • 52.2022 • 297.2022 • 718.2022 • 329.2023 • 55.2024
Definir as atribuições dos membros integrantes do grupo de apoio da SAL.	As atribuições dos integrantes foram definidas por essa Secretaria, por meio de minuta de alteração do regimento interno, e encaminhada para avaliação do

	PGT em novembro de 2023.
Desenvolver uma pauta legislativa positiva para a área trabalhista, propondo minutas de projetos de lei de interesse do MPT.	Em 2021, a SAL, com apoio da Conaete, articulou a apresentação do PL 3168/2021, pelo deputado Carlos Veras (PT/PE), que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a concessão de seis parcelas do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado do trabalho em condição análoga à de escravo ou do tráfico de pessoas. Atualmente, o projeto encontra-se na Comissão de Finanças e Tributações (CFT), aguardando a apresentação do parecer do relator, deputado Paulo Guedes (PT/MG).
Atualizar planilha com nomes e contatos de Membros que conheçam Deputados e Senadores nos Estados e no DF para ampliar articulação.	Em 2023, a SAL encaminhou um Ofício Circular aos novos procuradores chefes solicitando indicação do nome de membro para eventual interlocução com parlamentares no Estado, podendo ser o próprio procurador chefe. Atualmente, a Secretaria conta com a indicação de membros de 15 Regiões.
Elaborar calendário e implementar visitas institucionais aos parlamentares por ordem de importância, sob a perspectiva das demandas legislativas do MPT.	Esta Secretaria decidiu realizar as visitas institucionais por demanda, em virtude da constante incompatibilidade de agenda dos parlamentares com o PGT e secretários. Ao longo do ano de 2022, a Secretaria de Assuntos Legislativos realizou 39 visitas a parlamentares, e no ano de 2023, 142, conforme os relatórios anuais da SAL.
Atualizar lista/relatório com nome e contato de todos os parlamentares identificando quais os mais	A Secretaria realiza a atualização da lista de contatos de todos os deputados e senadores semanalmente.

relevantes para articulação pelo MPT.	
Promover reuniões periódicas com os procuradores chefes, coordenadores Nacionais, vices e assessoria acerca do processo legislativo no CN, mecanismos de acompanhamento e análise dos projetos de lei.	Durante o ano de 2022, a Secretaria realizou 26 reuniões estratégicas, dentre elas reuniões administrativas e reuniões com os membros da Comissão de Acompanhamento Legislativo e com as Coordenadorias Nacionais. No ano de 2023, foram realizadas 12 dessas reuniões, conforme os relatórios anuais da SAL.
Capacitação dos integrantes da Secretaria de Assuntos Legislativos sobre processo legislativo e redação de projetos de lei.	Anualmente, a SAL, com o apoio da CODEP, realiza cursos de capacitação para seus integrantes e para os membros da Comissão de Apoio à SAL. Nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2022, a Secretaria de Assuntos Legislativos realizou, na sede da PGT, o curso de capacitação “Processo Legislativo na Prática” ministrado pelas servidoras Márcia Anita Sprandel, assessora da liderança do PT no Senado Federal, e Eneida Vinhaes Bello Dultra, assessora da liderança do PT na Câmara dos Deputados. No dia 27 de abril de 2023, a SAL realizou o curso “Perspectiva sob a ótica trabalhista e social na nova legislatura”, que contou com a participação de Fernanda Melchionna (Psol/RS), deputada federal; Sebastião Vieira Caixeta, Integrante da Comissão de Acompanhamento Legislativo do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Neuriberg Dias, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar (DIAP) e Gustavo Sabóia Vieira, Secretário-Geral da Mesa do

	Senado Federal. Participaram do curso, além dos integrantes da SAL e dos representantes da Comissão de Apoio à Secretaria de Assuntos Legislativos, os Procuradores-Chefes do MPT.
Implementação de sistemas para controle informatizado de acompanhamento das propostas legislativas de interesse do MPT.	Ao longo desse período, foram implementados dois sistemas de acompanhamento legislativo para atender às necessidades da SAL. O primeiro deles, Radar Governamental, vigente de 2020 a 2023, e o segundo, SigaLei, atualmente em vigência.
Desenvolver e implementar estratégias de atuação e acompanhamento dos projetos de lei de interesse no CN.	Semanalmente, a SAL realiza reuniões, às segundas-feiras, para analisar, discutir e traçar estratégias em relação a proposições legislativas de interesse. As atas de todas essas reuniões estão juntadas no PGEA 20.02.0001.0001555/2022-19.
Elaborar mensalmente informativo sobre as atividades desenvolvidas pela SAL para encaminhamento ao Colégio de Procuradores.	A Secretaria de Assuntos Legislativos encaminha, quinzenalmente, um informativo sobre todas as suas atividades realizadas ao Colégio de Procuradores. O informativo inclui as reuniões com parlamentares, participações em audiências públicas, articulações para inclusão/retirada de pauta de projetos, apresentação de notas técnicas e sugestões de emendas, visitas institucionais, reuniões estratégicas, entre outros.
Desenvolver página ou canal específico na intranet da PGT para as informações, cursos, pareceres, notas técnicas e demais materiais produzidos pela Secretaria de Assuntos Legislativos, abrindo espaço permanente para tratamento de questionamentos (espaço de Dúvidas Frequentes, com respostas preestabelecidas e direcionamentos adequados),	Por questões estratégicas, esta ação foi cancelada.

críticas e sugestões (talvez até incluindo ou aproveitando o espaço da própria Ouvidoria).	
Promover encontros regulares com congressistas na sede da PGT ou em outro local para difusão das pautas de interesse do MPT.	A SAL promove encontros regularmente, tanto na sede da PGT, quanto em outros locais, para a divulgação de pautas de interesse do MPT: • Em 08 de março de 2022, secretária de assuntos legislativos, Janine Rêgo de Miranda, acompanhou a visita de cortesia realizada pelo deputado Federal Luiz Carlos Motta (PL/SP) ao procurador-geral do trabalho, na PGT; • No dia 21 de junho de 2022, o MPT, por meio do seu Procurador-Geral, José de Lima Ramos Pereira, realizou a solenidade de lançamento da segunda edição da Agenda Legislativa do MPT, com a presença do deputado Bohn Gass (PT/RS), na sede da PGT; • No dia 1 de setembro de 2022, a secretária de assuntos legislativos, Janine Rêgo de Miranda, participou de uma reunião no Supremo Tribunal Federal para alinhamento dos argumentos a serem utilizados durante a tramitação dos projetos de lei que tratarão da recomposição do subsídio dos magistrados e da remuneração dos servidores; • No dia 18 de outubro de 2022, a Secretaria de Assuntos Legislativos acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, na audiência sobre assédio eleitoral com o senador

	Randolfe Rodrigues (Rede/AP), realizada na Procuradoria-Geral do Trabalho; • No dia 8 de novembro de 2022, a Secretaria de Assuntos Legislativos acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho na audiência com a deputada Érika Kokay (PT/DF), na PGT, sobre a utilização de GPS por trabalhadores de limpeza de rua e demais condições de trabalho, visando buscar solução conjunta com o MPT; • No dia 29 de novembro de 2022, o secretário adjunto de assuntos legislativos, Ivan Sérgio Camargo dos Santos, e o procurador do trabalho Alberto Emiliano de Oliveira Neto participaram de uma reunião de cortesia com a deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR), coordenadora do conselho político da transição de governo, no Brasil 21. • No dia 15 de fevereiro de 2023, a Secretaria de Assuntos Legislativos, Janine Rêgo de Miranda, acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, na audiência com o Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Militar, Antônio Coutinho, para tratar sobre os projetos de lei de Transformação dos cargos no âmbito do MPT e do MPM (PL 3006/2022 e PL 2969/2022), na PGT; • No dia 7 de março de 2023, o membro da Comissão de Apoio à Secretaria de Assuntos Legislativos, Paulo
--	---

	Douglas Almeida de Moraes, acompanhou a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, em audiência com o deputado delegado Matheus Laiola (União/PR), na PGT, para tratar de matérias de interesse do MPT; • No dia 14 de abril de 2023, a secretária de assuntos legislativos acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em visitas ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, Rui Falcão (PT/SP), e com a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) para tratar de matérias de interesse da Instituição em São Paulo; • No dia 18 de abril de 2023, o secretário adjunto, Ivan Sérgio Camargo dos Santos, acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, em visita de cortesia feita pela deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR), presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada na Procuradoria-Geral do Trabalho; • No dia 10 de maio de 2023, a Secretaria de Assuntos Legislativos recebeu a visita da assessoria do deputado Alberto Mourão (MDB/SP), a fim de construir uma aproximação com o MPT e tratar de matérias de interesse, na PGT.
Atualizar anualmente agenda legislativa do MPT.	A Secretaria de Assuntos Legislativos realizou o lançamento de sua primeira Agenda Legislativa em 2021 e, no ano seguinte, optou por realizar um lançamento bianual.

	Por questões orçamentárias, a SAL decidiu suspender a edição de suas agendas legislativas.
Articulação com a SPGE para garantia de ferramenta tecnológica de acompanhamento do Plano de Ação.	Desde o ano de 2022, a SAL vêm mantendo contato com a Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação para o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica para auxiliar tanto no monitoramento das proposições de interesse do MPT, quanto na gestão de dados. Em virtude do grande número de demandas do setor, a solicitação da SAL foi submetida ao Comitê Estratégico de TI pra priorização das demandas pra compor o próximo Plano Diretor da SETIC.
Divulgação do Plano de Ação para o Colégio de Procuradores.	O Plano de Ação da SAL foi divulgado para o todo o Colégio de Procuradores via e-mail.